

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi marcado pela continuação da luta contra a Covid-19 e o Instituto, assim como em 2020 gerenciou o campus e seus negócios tendo como diretriz a proteção e preservação da vida. Ao longo do ano, com o aumento do número de vacinados, as operações no campus foram sendo retomadas e os negócios da instituição foram se aquecendo.

O faturamento com o mercado no primeiro semestre de 2021 ainda foi forjado na esteira de 2020 ficando abaixo da previsão do orçamento. Já no segundo semestre o ritmo de recuperação começou a tomar forma e houve aumento de 11,2% do faturamento em relação ao executado no ano de 2020.

As medidas do primeiro semestre 2021 para que as pessoas pudessem ter condições de trabalhar a distância foram mantidas como as de 2020. Foi realizada campanha de vacinação da gripe, mantido esquema de testes de Covid para aqueles que ficaram trabalhando presencialmente, o que corroborou para manter a contaminação controlada e baixa, e repassada orientação e realizado controle da vacinação por Covid dos empregados, conforme orientação governamental.

Para a gestão do instituto esse cenário exigiu grande atenção para os gastos, sendo necessário planejamento rigoroso para conter o que não fosse extremamente relevante para operar os negócios já em carteira, o que exigiu coordenação e integração entre as áreas de operações, compras e finanças.

Em termos de gestão, o ano de 2021 foi o terceiro ano do processo de implantação do planejamento estratégico quinquenal desenhado em 2019 que traz como bandeiras transparência, comunicação e agilidade. A metodologia Ágil foi foco relevante das ações do Instituto, foram realizados treinamentos e organizado grupo que será responsável pela estruturação e implantação dessa jornada. Para 2022 serão realizados projetos piloto tanto na área administrativa quanto em grandes projetos buscando ampliação da geração de valor para o negócio e sua rede de parceiros.

No mercado privado um dos projetos prioritários implantado pelo IPT é o Centro de Pesquisa Aplicada em Inteligência Artificial do IPT, denominado Plataforma IAsmIn (Inteligência Artificial Soluções para Manufatura Inteligente) que tem por objetivo compreender os desafios e oportunidades para o ecossistema da indústria de IA no

Brasil e que iniciou operação com seis parceiros industriais fundadores, 85 pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa brasileiros, assessoria de oito instituições de pesquisa e universidades internacionais. Esse projeto conta com recursos da Fapesp, MCTI e também apoio das duas unidades Embrapii do IPT. A participação do Instituto no Programa Rota 2030 voltado para fomentar o desenvolvimento tecnológico e a engenharia automotiva no Brasil continuou intensa. Atualmente são R\$ 83,4 milhões em projetos contratados com a participação do Instituto. No mercado público é interessante destacar a atuação do IPT no programa Cidades Inteligentes do Governo do Estado de São Paulo. Foi desenvolvida ferramenta para que as cidades se auto avaliassem em relação à sua maturidade no tema de Cidades Inteligentes. No total, 264 municípios realizaram seu autodiagnóstico. Os resultados mostram que 58% dos municípios ainda estão com maturidade baixa em tecnologias para Cidades Inteligentes.

O IPT Open atingiu taxa de ocupação da área destinada à instituição de Centros de Inovação de 80%. Foram assinados 5 novos contratos com as empresas Intel, Lenovo, V2COM, Cecil e Gerdau Graphene. A parceria com a Lenovo tem gerado grande número de projetos de P&D, tornando-se um dos grandes parceiros da Instituição. Finalmente, em termos de resultado de operação o Instituto gerou um dos maiores caixa da Instituição melhorando caixa de R\$ 17,5 milhões o que melhorou os índices de liquidez, embora com pequeno aumento no endividamento.

BALANÇO PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	Nota	Exercício	Exercício	PASSIVO	Nota	Exercício	Exercício
		Atual	Anterior			Atual	Anterior
CIRCULANTE		31/12/2021	31/12/2020	CIRCULANTE		31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	3	47.870	30.295	Fornecedores		3.286	2.498
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	6.180	6.173	Arrendamento mercantil - Direito de Uso	10	1.364	1.428
Contas a receber	5/6	6.056	4.549	Receitas a realizar		285	0
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		893	190	Salários a pagar e encargos a recolher		5.458	5.779
Impostos antecipados e a recuperar	7	4.451	5.265	Impostos e contribuições a recolher	11	3.511	2.993
Estoques		336	351	Adiantamento de clientes		787	705
Despesas pagas antecipadamente		43	169	Obrigações a pagar - férias e encargos		12.159	11.910
Depósitos compulsórios		173	173	Parcelamentos fiscais	11	1.234	1.190
Outros valores a receber		311	52	Subvenções governamentais - Agências de fomento	12	10.227	8.148
Total do Ativo Circulante		66.313	47.217	Outras obrigações		195	231
NÃO CIRCULANTE				Total do Passivo Circulante		38.506	34.882
Realizável a longo prazo		3.573	2.585	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	145.854	156.522	Parcelamentos fiscais	13	5.964	6.938
Intangível	9	398	456	Outras exigibilidades - Receita de doação			
Total do Ativo Não Circulante		149.825	159.563	- Agência de Fomento	14	31.235	35.963
				Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	22.450	19.242
				Provisão para dissídio coletivo	15	8.430	0
				IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	16	1.799	1.895
				Receitas a realizar		854	0
				Arrendamento mercantil - Direito de Uso		783	0
				Total do Passivo Não Circulante		71.515	64.038
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
				Capital social		288.197	287.968
				Reservas de capital		9.382	9.382
				Reservas de lucros		264	264
				Recurso para aumento de capital		156	229
				Prejuízos acumulados		(191.882)	(189.983)
				Total do Patrimônio Líquido		106.117	107.860
TOTAL DO ATIVO		216.138	206.780	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		216.138	206.780

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Exercício	Exercício
		Atual	Anterior
		01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Receita de serviços e produtos		44.352	48.506
Subvenção econômica - GESP		98.943	87.886
Subvenção econômica - Fomento		21.330	23.593
Receita de doação de bens - Fomento	14	6.407	7.123
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		171.032	167.108
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(6.081)	(6.622)
Devoluções e cancelamentos		(35)	(160)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		164.916	160.326
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	21a	(114.017)	(117.160)
LUCRO BRUTO (DESPESAS)RECEITAS OPERACIONAIS		50.899	43.166
Gerais e administrativas	21b	(33.204)	(33.538)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE		(1.666)	(1.649)
Serviços de terceiros		(7.376)	(6.945)
Depreciações e amortizações		(1.571)	(1.888)
Provisões diversas		(12.391)	(6.632)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		2.493	1.480
		(53.715)	(48.972)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(2.816)	(5.806)
Receitas financeiras		1.975	1.085
Despesas financeiras		(503)	(2.085)
RESULTADO FINANCEIRO		1.472	(1.000)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.344)	(6.806)
Imposto de renda e contribuição social		(651)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.995)	(6.806)
* Por lote de mil ações do capital social final		-0,01	-0,02

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Exercício	Exercício
		Atual	Anterior
		01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(1.995)	(6.806)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.19	(1.995)	(6.806)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender à demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT oferta serviços tecnológicos a empresas públicas e privadas e em alguns projetos acessa por canais competitivos subvenções governamentais de agências de fomento. O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos colabora para o processo de desenvolvimento tecnológico do País.

O IPT vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrita. Neste sentido, em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei federal nº 13.303/16. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico, tecnológico e de inovação da nação. Do apoio à construção civil à atuação em bionanotecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas.

1.1. Impactos relacionados à pandemia de Covid-19

Em conexão com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, a administração do IPT adotou as medidas preventivas recomendadas pelas autoridades sanitárias e seguiu as normas estabelecidas na legislação brasileira, em resposta ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus - COVID 19, evento amplamente divulgado pelas mídias com reflexos em escala mundial. Contudo, com o advento da segunda onda de contaminações pela COVID-19, a paralisação temporária da atividade econômica e as indefinições quanto à sua retomada levaram a um cenário de extrema incerteza e de difícil mensuração dos impactos na economia brasileira e mundial. Diante disso o IPT manteve as decisões tomadas em 2020 elegendo como suas principais prioridades: a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos.

Manteve todas as medidas de prevenção, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, que se tornam ainda mais essenciais à sociedade no contexto atual. As várias medidas de prevenção para que seus empregados não ficassem expostos a situações de risco foram mantidas, tais como: (i) utilização da prática de trabalho remoto nas áreas administrativas, sistema home office, com reforço da estrutura de TI para suportar essas ações até que os profissionais completassem seu plano vacinal; (ii) realização de viagens nacionais e internacionais apenas em casos de necessidade; (iii) utilização de meios de comunicação remota; (iv) antecipação da campanha de vacinação de gripe; (v) ações para estímulo de vacinação de Covid e processo para obter a comprovação de vacinação de todos os funcionários, entre outras. Além disso, o Instituto tomou todas as medidas de prevenção necessárias para que os empregados com funções estratégicas possam cumprí-las sem agravar o risco de contaminação, garantindo a continuidade na prestação dos serviços essenciais para atendimento aos clientes.

As políticas internas de prevenção adotadas ao longo do ano de 2021 continuam sendo aplicadas em 2022, para o enfrentamento da crise sanitária e até que essa pandemia esteja completamente superada. Os objetivos das políticas adotadas visam assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores, bem como garantir a continuidade e fluxo normal das operações.

A instabilidade econômica, agravada pela COVID-19, trouxe reflexos adversos para o Instituto, como redução nas receitas com clientes, postergação de projetos e adiamento de faturamentos.

Diante disso, o IPT promoveu a redução de custos, despesas e ajustes orçamentários para preservar a sustentabilidade econômico-financeira com êxito.

A expectativa da Administração do IPT é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados, somadas aos contratos mantidos com seus clientes serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade da instituição.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

Exceto por aqueles listados na nota explicativa nº 2.8 que resultou em novas taxas de depreciação e amortização societária que foram reconhecidas contabilmente, conforme determina o ICP nº 10, item 30 e o CPC 23, itens 3 a 38, as demais práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações anuais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais foram divulgadas em 23 de fevereiro de 2021 e devem ser lidas em conjunto. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/21 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação em 08/02/22.

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de elaboração e apresentação das informações anuais

a) Apresentação das informações anuais

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

b) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade do IPT em continuar operando normalmente e está convencida de que apesar dos impactos e da incerteza na duração da pandemia de COVID-19 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4. Aplicações Financeiras - Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta de Subvenção Governamental-Agência de fomento.

2.5. Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento" **Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa. O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do departamento financeiro e no histórico de recebimentos e garantias existentes. Além disso, não há expectativas de perdas adicionais significativas.

Foi aplicada a norma do CPC48 (IFRS 9) empregando a metodologia de abordagem simplificada que é utilizada em empresas que possuem carteiras tradicionais de contas a receber (clientes, contas a receber, duplicatas a receber etc.), de forma a dimensionar as perdas esperadas para os próximos 12 meses e efetuar a complementação da provisão conforme a nota explicativa nº 5.

2.7. Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, não considerando o valor residual, nota explicativa nº 8. Entende-se como vida-útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, esperando geração de benefícios econômicos, ou quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo. A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com "ativos semelhantes".

O IPT como empresa pública tem em seu patrimônio bens que entraram através de projetos de fomento com finalidades específicas em inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metodológico, informação e educação em tecnologia. Os bens são construídos de forma a atender às necessidades especiais do instituto como empresa prestadora de serviços e ao final da vida-útil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Exercício	Exercício
		Atual	Anterior
		01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(1.995)	(6.806)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.19	(1.995)	(6.806)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	2021	2020
		(1.241)	(6.806)
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL		2.221	(6.806)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Depreciação/Amortização		16.016	19.030
Demais provisões		11.638	8.200
Provisão/Reversão para perdas de créditos		10	106
Subtotal		26.320	20.530
Variações no Ativo Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas		(7)	6.632
Contas a receber		(1.517)	3.587
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		(703)	7
Impostos antecipados e a recuperar		814	1.041
Estoques		15	(23)
Despesas pagas antecipadamente		126	1
Depósitos compulsórios		-	(13)
Outros valores a receber		(259)	18
Subtotal		(1.531)	11.250
Variações no Passivo Circulante			
Fornecedores		788	(1.045)
Arrendamento Mercantil		719	588
Receitas a realizar		1.139	-
Salários a pagar e encargos a recolher		(321)	15
Impostos e contribuições a recolher		518	(133)
Adiantamento de clientes		82	(125)
Obrigações a pagar - férias e encargos		24	

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

sendo constatado que não tenha utilidade para o instituto, esses bens que não são considerados comuns poderão ser destinados ao Fundo de Solidariedade do GESP - FUSSESP.

As novas taxas de depreciação e de amortização do intangível foram determinadas com base no valor residual e do tempo de vida útil remanescente dos bens, conforme estabelecido na NBC TG 27(R4), correlação com o IAS 16 (IASB). Essas novas taxas de depreciação e amortização societária foram reconhecidas contabilmente, conforme preceitua o ICPC 10, item 30 e o CPC 23, itens 32 a 38. Esse trabalho foi viabilizado por laudo técnico emitido pela Factum - Avaliações e Consultoria S/S após avaliação de 23.307 itens pertencentes aos bens do ativo imobilizado do instituto.

Este laudo está em consonância com a NBR 14653, partes 1 e 5 prescritas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e também segue os preceitos do IFRS (International Financial Reporting Standards), ASA (American Society of Appraisers) e SFAS (Statement of Financial Accounting Standards).

O IPT no período contábil de novembro/21 efetuou a apuração e contabilização da depreciação e a amortização societária suportado pelo laudo emitido pela empresa contratada Factum.

Antes do processo de registro, a contabilidade do instituto efetuou exaustivas análises em conjunto com especialistas externos na matéria, buscando a interpretação e o entendimento da aplicação das normas vigentes para ter a segurança necessária de que as demonstrações contábeis estejam aptas para a sua aprovação pelos órgãos fiscalizadores internos e externos. Dessa forma, foram concluídos e aplicados os métodos conforme as Interpretações Técnicas: ICPC 10 (item nº 30)

1 - Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 e também o CPC 23 (itens de nº 32 a 38)

2 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em relação a mudança de estimativas contábeis geradas pela nova vida útil daqueles bens.

1. INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ICPC 10 Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43:

Item nº 30: Revisão inicial das vidas úteis

"Para a entidade que adotar o custo atribuído (*deemed cost*) citado no item 22, a primeira análise periódica da vida útil econômica coincide com a data de transição (veja item 23). Para os demais casos a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, exaustão ou amortização, bem como para determinar o valor residual dos itens, será considerada como mudança de estimativa (Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) e produzirá efeitos contábeis prospectivamente apenas pelas alterações nos valores das depreciações do período a partir da data da revisão. Nesses casos os efeitos contábeis deverão ser registrados no máximo a partir dos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 e, por ser mudança prospectiva, os valores de depreciação calculados e contabilizados antes da data da revisão não são recalculados." (grifo nosso).

2. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 23

Item nº 38 - MUDANÇAS NAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

"O reconhecimento prospectivo do efeito de mudança na estimativa contábil significa que a mudança é aplicada a transações, a outros eventos e a condições a partir da data das mudanças na estimativa. A mudança em uma estimativa contábil pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Por exemplo, a mudança na estimativa de créditos de liquidação duvidosa afeta apenas os resultados do período corrente e, por isso, é reconhecida no período corrente. Porém, a mudança na estimativa da vida útil de ativo depreciable, ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo, afeta a depreciação do período corrente e de cada um dos futuros períodos durante a vida útil remanescente do ativo. Em ambos os casos, o efeito da mudança relacionada com o período corrente é reconhecido como receita ou despesa no período corrente. O efeito, caso exista, em períodos futuros é reconhecido como receita ou despesa nesses períodos futuros"

O item 38 do CPC nº 23 acima citado, relata que a depreciação societária recalculada pela nova vida útil dos bens caracteriza uma mudança prospectiva de estimativa contábil e que seus efeitos afetam a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros da vida útil remanescente do ativo, a partir da data da revisão conforme preceitua o ICPC 10 item nº 30. Assim, o resultado do período corrente foi afetado pelos efeitos da nova depreciação e amortização societária pelo valor de R\$ 1.355 conforme nota explicativa nº 8c.

2.9. Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos. Nota explicativa nº 9.

2.10. Provisão para perdas por *Impairment* em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indicio de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como "*Impairment Test*", apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01(R4) de 22 de dezembro de 2017 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05 (cinco) anos de atividades do IPT e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da apólice de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2021.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do Instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) - Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de reconhecimento de perda adicional nas demonstrações financeiras, prevalece o estudo efetuado em dezembro de 2021.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12. Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

General

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.13. Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 11.

2.15. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado conforme nota explicativa nº 16.

2.16. Arrendamento Mercantil - IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados no prazo do arrendamento mercantil.

O IPT tem contratos que se enquadram na norma aplicada aos arrendamentos, e foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. Nota explicativa nº 10.

2.17. Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.18. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem ou serviço a ser entregue, a Entidade deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pelo IPT através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

2.19. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

O IPT não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro/(Prejuízo) Líquido dos períodos apresentados.

2.20. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela companhia durante o período bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	5	87
Bancos conta movimento	40	562
Aplicações financeiras	47.825	29.646
	47.870	30.295
Aplicações financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Sistema de Administr. Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	37.821	28.120
Fundos de investimento em renda fixa	10.004	1.526
	47.825	29.646

O saldo da aplicação financeira no SIAFEM tem como origem a transferência de recursos do Banco do Brasil e são remunerados pela taxa aplicável aos fundos de renda fixa.

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras vinculadas	6.180	6.173
	6.180	6.173

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por agências de fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

O IPT possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação da liberação do crédito ocorre por meio de análise cadastral, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos; informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações e garantias apresentadas (conforme relevância da operação).

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber	6.584	5.095
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(459)	(546)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - ajuste de acordo com a aplicação da norma CPC 48 (IFRS 09)	(69)	-
	6.056	4.549

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020.

5.1 - Aplicação da norma CPC 48 (IFRS 09) - Cálculos de perdas de crédito esperadas - 12 meses:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	2018	2017	2016						
A vencer	5.418	4.224	83%	7.534	85%	7.938	82%	7.528	81%	6.668	69%	
De 1 a 30 dias	620	9%	330	6%	529	6%	929	10%	751	8%	1.340	14%
De 31 a 60 dias	87	1%	39	1%	69	1%	13	0%	96	1%	143	1%
De 61 a 90 dias	16	0%	8	0%	79	1%	1	0%	25	0%	157	2%
Há mais de 91 dias	443	7%	494	10%	644	7%	775	8%	865	9%	1.327	14%
	1.166	18%	871	17%	1.321	15%	1.718	18%	1.737	19%	2.967	31%
	6.584	100%	5.095	100%	8.855	100%	9.656	100%	9.265	100%	9.635	100%
	6.584				8.242		8.889		8.395		8.724	

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	2018	2017	2016		
Contas a receber	6.584	5.095	8.855	9.656	9.265	9.635		
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	-459	-6,97%	-546	-10,72%	-613	-6,92%	-767	-7,94%
					-870	-9,39%	-911	-9,46%
	6.125		4.549		8.242		8.889	
					8.395		8.724	

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	5.418	4.224
De 1 a 30 dias	620	330
De 31 a 60 dias	87	39
De 61 a 90 dias	16	8
Há mais de 91 dias	443	494
	1.166	871
	6.584	5.095

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O IPT participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme estabelecido na sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com o inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/2016.

Os saldos a receber, decorrentes com partes relacionadas, estão registradas na rubrica "Contas a Receber", no Ativo Circulante conforme abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes	31/12/2021	31/12/2020
Secretarias do Estado de São Paulo-GESP	1.059	257

7. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
COFINS a Compensar	424	523
PASEP a Compensar	128	123
Contribuição Social a Compensar	1.354	1.492
Imposto de Renda a Compensar	1.707	2.126
IRRF sobre Aplicações Financeiras	75	72
IRRF a Compensar	713	877
ISS a Recuperar	-	2
INSS a Compensar	50	50
	4.451	5.265

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

8. IMOBILIZADO

	31/12/2021	31/12/2020			
a) Composição do imobilizado					
	Taxa anual de depreciação				
Terrenos	- 37.283	- 37.283			
Edifícios e Benefícios	2% a 50% 92.776 (48.427)	44.349 92.776 (46.016)			
Máquinas e Equipamentos	2% a 50% 182.351 (152.319)	30.032 181.594 (143.522)			
Instalações	2% a 50% 17.379 (15.308)	2.071 17.397 (14.341)			
Equipamentos de T.I.	5% a 50% 14.791 (12.403)	2.388 13.518 (11.497)			
Instrumentos Diversos	6,67% a 50% 375 (363)	12 375 (358)			
Veículos	5% a 50% 4.163 (3.374)	789 3.468 (3.269)			
Móveis e Utensílios	4% a 50% 8.379 (7.244)	1.135 8.250 (6.682)			
Outras imobilizações	30.321 (9.502)	20.819 29.546 (8.385)			
Imobilizado em Andamento	4.828	4.962			
Direito de Uso - Máqs. e Equipamentos	3.035 (887)	2.148 2.170 (747)			
Total do Imobilizado	395.681 (249.827)	145.854 391.339 (234.817)			
b) Movimentação					
Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Terrenos	37.283	-	-	-	37.283
Edifícios	92.776	-	-	-	92.776
Máquinas equipamentos	181.594	477 (425)	705	182.351	
Instalações	17.397	- (18)	-	17.379	
Equipamentos de T.I.	13.519	741 (6)	537	14.791	
Instrumentos diversos	374	-	-	1	
Veículos	3.468	698 (3)	-	4.163	
Móveis e utensílios	8.250	31 (3)	101	8.379	
Outras imobilizações	29.546	9	-	766	
Imob. em andamento	4.962	2.155 (175)	(2.114)	4.828	
Dir. de Uso - Máqs. e equipto.	2				

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2021	31/12/2020
ISS	258	223
PASEP e COFINS	463	361
IRRF - Terceiros e Funcionários	2.031	2.351
COFINS - Retenção	58	36
PASEP - Retenção	10	8
IRPJ/CSLL	651	0
Outros	40	14
Total de Impostos e Contribuições a recolher	3.511	2.993
Parcelamentos Fiscais - Municipal - P.P.I.	1.234	1.190
	4.745	4.183

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	31/12/2021	31/12/2020
FEHIDRO	1.837	1.726
FINEP	1.720	2.768
CNPQ	126	126
EMBRAPPI	51	50
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	2.963	0
Outros	3.530	3.478
	10.227	8.148

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	ISS	IPTU	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	5.849	1.089	6.938
Saldo em 31/12/2021	5.028	936	5.964

(a) Em 16 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos do IPTU inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 1996 a 1999 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado - Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(b) Em 24 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos de ISS inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 2006 a 2008 e 2011 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado - Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(c) Os valores são atualizados pela variação da Selic, com vencimento final em outubro de 2027.

14. OUTRAS EXIGIBILIDADES - RECEITA DE DOAÇÃO - AG. DE FOMENTO - NBC TG 07 (R2)

Está sendo mencionado nesta nota explicativa, às particularidades atinentes às transações contábeis das doações e subvenções feitas pelas Agências de Fomento (a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, entre outras instituições), para o incentivo e o desenvolvimento de projetos de P&D&I, mediante a celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com o Instituto.

Na linha do Balanço Patrimonial Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento (Não Circulante), estão contabilizados os valores pertencentes aos Ativos recebidos em Doação, que com o tempo sofrerão a depreciação registrada a débito desta conta amortizando o valor principal do bem recebido em doação.

A linha de Subvenções Governamentais - Agências de Fomento (Passivo Circulante) está intrinsecamente relacionada com a linha de Outras Exigibilidades (Passivo Não Circulante).

O roteiro específico contábil das mencionadas doações e subvenções, que seguem os ditames da Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual determina à respectiva

contabilização diretamente como receita no resultado, está na seguinte conformidade: no caso de recebimento de equipamentos (imobilizado depreciável), mesmo que já sob sua propriedade, por ter cumprido todas as condições, a companhia não poderá reconhecer a receita imediatamente no resultado, tendo em vista que eles provocarão depreciações no futuro. Assim, a apropriação à receita dar-se-á paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais ativos. Esse crédito ao resultado poderá ser feito na forma de receita ou mesmo como redução de despesas de depreciação.

Na medida em que os Projetos de Fomento vão sendo finalizados e os itens comprados com recursos dessa origem são doados ao IPT, aplica-se o roteiro de contabilização no grupo do Balanço de Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento (Não Circulante), em contrapartida do aumento do Ativo Imobilizado, tendo em vista que o Instituto não se valeu de recursos próprios para a aquisição de tais bens, os

quais, repise-se, não poderão ser registrados como uma *receita de doação*, de acordo com a Lei federal nº 11.638/07.

Partindo-se do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento (Não Circulante) não representam Dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas (1)	12.877	14.366
Cíveis (1)	5.442	3.944
Fiscais e tributários	599	670
Indenizações contratuais	232	262
Provisão - descontaminação - Jaguaré-S.P. (2)	3.300	0
Provisão para dissídio coletivo (3)	8.430	0
	30.880	19.242

(1) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

(2) No exercício do mês de Abr/2021 o IPT efetuou o registro de provisão para gastos futuros baseado nas estimativas apresentadas pela Diretoria Executiva. Para o desenvolvimento do projeto de descontaminação do terreno ocupado pela sua antiga filial-Jaguaré-S.P. no exercício de 2021 conforme o processo CETESB nº 046357/2021-77.

(3) Em 14/10/2021 o IPT foi intimado através de acórdão onde a ação foi julgada parcialmente procedente tendo como adverso o Sindicato de trabalhadores em Atividades de Pesquisa, Des., Ciê. e Tecnologia. O IPT apresentou embargos de declaração e aguardo o julgamento.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	8.658	4.458
Cíveis	3.178	7.524
	11.836	11.982

16. IRPJ E CSLL - DIFERIDO

O IPT vem realizando mensalmente, a parcela de depreciação da C.M. Especial - Lei nº 8.200/91, onde tais valores são adicionados na apuração do lucro real e na base de cálculo da CSLL.

A constituição desta reserva especial foi lançada como reserva de capital, no patrimônio líquido e utilizada para absorver prejuízos acumulados no exercício de 1998.

Conforme preceitua a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro, a Entidade deve reconhecer ativos e passivos fiscais diferidos quando observarem diferenças dedutíveis ou tributáveis.

A reserva especial constituída é uma diferença temporária tributável, desta forma o IPT efetuou o reconhecimento fiscal diferido em conta do passivo não circulante, que será realizada na mesma proporção da realização da depreciação.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em agosto de 2021, o IPT subscreveu o aumento de capital no montante de R\$ 228.925,91, de acordo com a AGO/AGOE de 28/04/2021 mediante o recurso para aumento de capital autorizado pelo acionista majoritário que a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.819.743.256 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Capital: Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.

c) Recurso para Aumento de Capital: Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2022, foi planejado pelo Governo do Estado de São Paulo e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R\$ 114.119.076, conforme Lei nº 17.498, de 29 de dezembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual 2022).

19. COBERTURA DE SEGUROS

O IPT adota uma política de manter apólices de seguros em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O IPT contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras.

Em 31 de dezembro de 2021, existe cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2022.

RISCO	COBERTURA	VALOR EM RISCO
Compreensivo Empresarial - Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de T.I.	R\$ 329.155
Responsabilidade Civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados à terceiros, em consequência das operações do IPT	R\$ 4.153
Responsabilidade Civil de Administradores - D&O	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	R\$ 20.000

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Deliberação CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado) nº 1, de 16/03/2018, com redação alterada pela Deliberação CODEC nº1, de 29/04/2019.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal, no caso de Conselheiro Fiscal.

Remuneração dos Administradores	Nº de Membros*	31/12/2021	31/12/2020
Honorários da Diretoria *	5	1.787	1.834
Honorários do Conselho Fiscal	5	337	341
Honorários do Conselho de Administração	8	659	642
Honorários do Comitê de Auditoria Estatutário	4	670	667
TOTAL		3.453	3.484

*a partir do 4º trimestre de 2021 a composição é de 4 membros.

21. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

a) Composição do custo

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração, encargos e benefícios	80.366	82.417
Serviços de terceiros	7.565	8.550
Utilidades	5.133	3.863
Impostos e taxas	3.930	3.590
Depreciação e amortização	14.444	17.348
Outros custos	2.579	1.392
TOTAL	114.017	117.160

b) Composição das despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração, encargos e benefícios	29.301	29.446
Utilidades	727	641
Impostos e taxas	1.655	1.571
Outras	1.521	1.880
TOTAL	33.204	33.538

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021.

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) é um órgão de governança e foi instalado pelo Conselho de Administração em 2018, composto por quatro membros independentes, sendo o seu coordenador membro do Conselho de Administração.

O CAE é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, sem poder decisório ou atribuições executivas atuando com independência em relação à Diretoria da IPT, regido pela Lei nº 13.303/16, Estatuto Social e seu Regimento Interno.

Compete assessorar o Conselho de Administração nos seguintes assuntos, dentre outros: (i) referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; (ii) analisar as demonstrações financeiras; (iii) promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; (iv) supervisionar a diretoria no desenvolvimento de controles internos efetivos; (v) garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da diretoria e da auditoria interna; (vi) zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade da sociedade; (vii) avaliar a aderência das práticas da sociedade ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; e (viii) monitorar as denúncias de infração ao Código de Conduta e Integridade registradas no Canal de Denúncias e seus procedimentos de apuração e responsabilização.

As funções do CAE são desempenhadas com base nas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e pela elaboração das demonstrações financeiras, além das informações obtidas em reuniões com responsáveis pelas diversas áreas operacionais do IPT.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras do IPT, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos. Aos Auditores Independentes cabe assegurar que as demonstrações financeiras representem adequadamente a posição patrimonial e financeira do IPT, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O CAE reuniu-se 12 vezes para o desenvolvimento de suas atividades relacionadas ao exercício social de 2021 até o dia 07 de dezembro de 2021 e diversas vezes com o Conselho Fiscal nas quais comunicaram-se nesse período, com o presidente do IPT, a diretora de inovação e negócios, a diretora financeira e administrativa, o diretor do IPT Open, o diretor de operações, o responsável pela auditoria interna, a auditoria independente, o conselho de administração e os responsáveis pelas áreas de contabilidade, jurídico, manutenção, tecnologia da informação, recursos humanos,

controladoria, ouvidoria, integridade, gestão de riscos e controles internos, tecnologia de informação, encarregado de dados, gestão administrativa, além de representantes da Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT.

Na interação com o Conselho de Administração, foram apresentados o status dos trabalhos em andamento, principais preocupações com o IPT, apresentação do Plano de Trabalho do Comitê para 2021, aprovado por unanimidade, conforme registro em atas.

Dentre as áreas que interagiram com o Comitê de Auditoria, vale destacar algumas áreas/atividades:

Auditoria Interna: O CAE obteve informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna por meio de reuniões periódicas, bem como acompanhou o Plano de Trabalho de 2021, revisou o Plano de Trabalho para 2022, fez ainda diversas considerações para a melhoria no nível de maturidade da Auditoria Interna e adequação da área às necessidades do IPT. Adicionalmente revisou os principais pontos identificados pela Auditoria.

Auditoria Independente: O CAE avaliou como satisfatórias as informações fornecidas pela auditoria independente, a qual suporta a opinião do CAE acerca da adequação das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Ao longo de 2021, o CAE reuniu-se diversas vezes com a auditoria independente, Audilink Auditores & Consultores, sendo apreciado o Plano de Trabalho para o exercício de 2021, bem como o relatório circunstanciado, com os principais temas de Tecnologia da Informação. Nesse sentido, o CAE solicitou ao IPT um prazo para implantação dos pontos abordados pela Auditoria. Também apreciou o relatório dos auditores independentes, emitido em 08 de fevereiro de 2022, sem ênfases ou ressalvas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos: O CAE avaliou, em reuniões com a Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos - GECON, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do IPT, considerado como um processo ainda em amadurecimento. Foram recomendadas diversas ações para o fortalecimento das atividades, inclusive o suporte de um especialista externo, que foi viabilizado em 2021 e iniciou, em conjunto com a GECON, um projeto de identificação, classificação e avaliação de riscos corporativos nas unidades de negócios do (IPT). O CAE entende que, com a conclusão desse projeto e a manutenção dos entregáveis, o IPT avança significativamente na maturidade de gestão de riscos. O CAE revisou a política de transações com partes relacionadas, fazendo as contribuições para a melhoria do documento. Adicionalmente, também tomou conhecimento e acompanhou as demandas dos órgãos de fiscalização de controle externo.

Programa de Integridade e Ouvidoria: O CAE recomendou que o fluxo das informações, do Canal de Denúncias, fosse revisado, bem como revisou o relatório com os principais relatos apresentados pela Ouvidoria. Tomou ciência do andamento do redesenho do processo de tratamento de denúncias do IPT, monitorou o tratamento das denúncias de infrações ao Código de Conduta e Integridade, os encaminhamentos São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

para apurações pelo Comitê de Conduta e Integridade e a aplicação de sanções pela diretoria, além dos treinamentos anuais relacionados ao Programa de Integridade.

Demonstrações Financeiras: com base nos trabalhos realizados pelos auditores independentes, Audilink Auditores & Consultores, o CAE analisou as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo IPT na elaboração das demonstrações financeiras. Conforme recomendação do CAE, a companhia passou a publicar as demonstrações contábeis trimestrais revisadas pela empresa de auditoria externa e disponibilizadas para consulta na página de governança corporativa do IPT. O CAE monitorou o trabalho de revisão de taxas de depreciação de bens do ativo imobilizado, conforme laudo de avaliação externa, emitido pela empresa FACTUM - Avaliações e Consultoria Ltda. O CAE recomendou o tratamento, a quantificação a provisão e a divulgação em demonstrações financeiras relacionadas a passivo ambiental do IPT e, adicionalmente, recomendou que o critério das provisões contábeis cíveis e trabalhistas sejam revisados periodicamente.

Outras Atividades: foi apreciado o status da regularização do auto de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB), considerando as obras e orçamento e foi acompanhado o status de regularização da titularidade do terreno na sede em São Paulo. O CAE se reuniu com a diretoria do IPT Open com objetivo de entender os projetos em andamento e a forma de contabilização dos contratos. Também teve reunião com a diretora de inovação e negócios a respeito do Comitê de Sustentabilidade e do relatório de sustentabilidade do IPT - ESG. Complementarmente, o CAE acompanhou as atividades de segurança da informação e monitorou o plano de adequação do IPT à LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei federal nº 13.709/2018) e fez algumas recomendações, entre elas: elaboração da matriz de risco de implantação dos requisitos da lei, prazo para implantação dos requisitos remanescentes, tempos e formas para atendimento a requerimentos de titulares de dados, Política de Privacidade, adequações do ERP e treinamentos. Cabe destacar que o CAE realizou sua autoavaliação de desempenho para o ano de 2021, bem como concluiu o treinamento anual de governança corporativa, gestão de riscos, controles internos e *compliance*, promovido pelo IPT e ministrado pela consultoria T4 Compliance, completando 12 horas de educação continuada.

3. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, considerando os trabalhos e avaliações realizadas e com base nas informações das diretorias, contabilidade e opinião do auditor independente Audilink Auditores & Consultores, expressa no relatório da auditoria sem ênfases ou ressalvas, concluiu que os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras e nas notas explicativas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, entendendo que as referidas demonstrações estão adequadas, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração do IPT.

WILLIAM PEREIRA PINTO

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Membro do Conselho de Administração

ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

IVAN STAGLIANO ISMAEL

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

JOÃO FRANCISCO CARVALHO JUNQUEIRA

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela AUDILINK & CIA. AUDITORES de 08 de Fevereiro de 2022, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho de Administração, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

MARCOS VINICIUS DE SOUZA

Presidente do Conselho

LUCIANA HARUMI HASHIBA MAESTRELLI HORTA

Conselheira

WILLIAM PEREIRA PINTO

Conselheiro Independente
Coordenador do Comitê de Auditoria

JAIRO KLEPACZ

Conselheiro Independente

LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI

Conselheira Diretora-Presidente

JOÃO GABBARDO DOS REIS

Conselheiro

FELIPE JALORETTO DA SILVA

Conselheiro
Representante dos Empregados

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela AUDILINK & CIA. AUDITORES de 08 de Fevereiro de 2021, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 18 de março de 2022.

KATHELEEN REGINA DA SILVA DARDIS DE CAMARGO

Conselheira

TATIANE GONÇALVES RODRIGUES

Conselheira

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas do
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Impairment de ativos não financeiros

Detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução ao valor recuperável dos ativos estão descritos na nota 2.10 - Avaliação do valor recuperável dos ativos (*Impairment*) às demonstrações contábeis.

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados líquidos no montante de R\$ 77.905 mil envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs da Companhia. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela administração da Companhia para determinar o valor em uso das UGCs incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados, por UGC. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia revisou o valor recuperável dos ativos acima referidos, e como resultado não foi identificada a necessidade de ajuste, via *impairment*, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos das Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), tendo sido avaliada a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e os procedimentos e testes adotados pela administração para determinação do valor em uso das UGCs. Utilizamos nossos técnicos para testar a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia. Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos. Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela administração, tais como, taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição, com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de *impairment* significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Avaliamos as divulgações relacionadas a esse assunto nas demonstrações contábeis.

Revisão da vida útil dos ativos imobilizados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.8, a Companhia finalizou em outubro de 2021 a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado, conforme Laudo emitido pela

FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S. O referido Laudo avaliou a nova vida-útil de cada bem, como também instituiu as taxas de depreciação societárias que foram reconhecidas a partir da data do Laudo, tendo sido observadas as instruções do item 30 da ITG 10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09 e itens 32 ao 38 da NBC TG 23 (R2), aprovada pela Resolução CFC nº 1.139/09, em relação à mudança de estimativas contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Para validar os procedimentos adotados na implantação dessas novas estimativas contábeis, tomamos por base o Laudo de Avaliação emitido pela FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S, com as novas vidas-úteis e suas consequentes taxas de depreciação societárias. Através do mencionado Laudo, verificamos os cálculos das depreciações, a correta classificação contábil, os efeitos no resultado corrente e os respectivos ajustes às taxas fiscais antes adotadas. Também observamos os efeitos tributários sobre os novos valores e a correta classificação na escrita fiscal. Com base nesses procedimentos, julgamos procedentes os critérios adotados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Provisões para contingências

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com o suporte e avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, determina a probabilidade de perda e os valores envolvidos para cada processo, registrando na contabilidade uma provisão quando os critérios para o reconhecimento são atendidos, perdas prováveis, e divulga aquelas com classificação de risco de perda possível (passivo contingente).

Resposta da auditoria ao assunto

Solicitamos aos assessores jurídicos da Companhia a confirmação de todos os processos, a respectiva avaliação de riscos e valores para todos os processos em esfera administrativa ou judicial. Avaliamos o montante da provisão e as divulgações feitas em notas explicativas quanto aos requerimentos descritos nas normas contábeis relevantes para esse tema. Com base nos procedimentos acima, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas às provisões de contingências e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração que deve ser disponibilizado após a data desse relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Nos termos na NBCTA720 - Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações, e em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade seria de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se essa outra informação está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Até a data do nosso Relatório do Auditor Independente, não nos foi disponibilizado o Relatório da Administração, para que fosse cumprido os termos descritos naquela norma, quanto à leitura e avaliação de sua consistência com as demonstrações contábeis.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, concluirmos que há distorção relevante, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela Governança.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2022.

AudiLink
Audidores & Consultores
AudiLink & Cia. Auditores
CRC 2RS003688/O-2 T° SP

Roberto Caldas Bianchessi
Contador
CRC/RS 040078/O-7 T° SP

ipt
INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS



Guerra e economia no resto do ano

Para alguns economistas, Brasil pode faturar uns trocados com alta de commodities

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A guerra na Ucrânia tende a beneficiar o crescimento da economia brasileira a curtíssimo prazo —digamos, até o fim do ano. O argumento zanza faz uns dez dias por relatórios de conjuntura escritos por economistas de bancos.

Nem é argumento novo: preços de commodities em alta costumam estar associados a um crescimento maior no Brasil. O país exporta petróleo, grãos, minério e carnes.

Qual o tamanho da melhoria? Alguns decimos de porcentagem. O bastante para o pa-

ís não fechar o ano no vermelho, com encolhimento do PIB.

A inflação será maior, afora milagres. O povo continuará esfogado, e dificilmente haverá aumento do salário médio real (uma abstração, está certo, mas uma medida sintética da dureza geral). A conta da crise vai pesar no ano que vem, com taxas de juros mais altas (por causa da inflação mais alta). Enfim, o efeito político para quem está no poder tende a ser de nenhum a negativo (por um tempo, o PIB pode crescer e o povo continuar esfogado).

As projeções de crescimento da economia em 2022 têm sido revistas —costumam estar muito erradas a esta altura do ano, mas é o que temos. Outros fatores também provocaram revisões.

O PIB do fim do ano passado foi melhor do que o previsto. Os governos estão gastando. O governo federal diminuiu impostos e vai liberar um bom dinheiro do FGTS, por exemplo. Há aumentos de salários de servidores nos estados e municípios, que de resto também devem aumentar a despesa de

investimento, pois é ano de eleição e os caixas estão cheios.

Para ajudar, o preço do dólar vem caindo desde janeiro, por motivos variados (preço de commodities, juros altos, ativos financeiros com valor de xepa, não teremos recessão no sentido estrito etc.).

O conflito não afeta o Brasil diretamente, se diz, pois as relações econômicas diretas com os países afundados na lama da guerra são pequenas (a não ser que o fornecimento de fertilizantes vá à breca). A guerra tem seu peso negativo também

porque o crescimento econômico mundial será menor, em particular na Europa.

Ainda assim, o argumento do “benefício” da guerra tem alguns problemas. De que efeitos da guerra estamos tratando? Estão todos mapeados? Sabe-se o tamanho da desaceleração europeia?

Ainda não há perspectiva de fim do conflito. Ainda que venha um cessar-fogo ou armistício, as mudanças econômicas causadas pela crise geopolítica vão continuar fervendo baixo (regionalização de comércio, protecionismos, problemas em cadeia de abastecimento internacional, insegurança, incerteza).

A guerra ainda pode ter efeitos daninhos explosivos no comércio mundial de energia, comida e metais. A partir de qual tamanho de choque inflacionário o aumento de preços de commodities não nos que-

bra as pernas?

Difícil saber, até porque ninguém são irá chutar o destino da guerra e de possíveis sanções e interrupções de comércio por vir. Há pouco acordo até sobre o que vai ser da taxa de juros no Brasil daqui a dois ou três meses, um assunto aqui do nosso vilarejo. Para alguns bancos, a Selic não passa de 12,75%. Para outros, vai a 13,75%. Não temos ideia, como de costume, do que vai ser da taxa de câmbio. De fevereiro de 2020 a dezembro de 2021, o dólar ficou 30% mais caro, um choque brutal. Desde dezembro, caiu quase 11% (comparações com base nas médias dos meses).

Em suma, a melhoria pode ser ninharia, e os riscos são enormes. MUITÍSSIMO mais importante é saber se haverá acordo nacional para lidar com o desastre a partir de 2023. Por ora, vemos candidatos apenas se esmerando no disparate.

Ações de incorporadoras avançam com anúncios do governo

Lucas Bombana

SÃO PAULO Em meio aos planos do governo Jair Bolsonaro (PL) de retomar os lançamentos de moradias populares no âmbito do programa Casa Verde de Amarela, as ações de incorporadoras negociadas na B3 experimentam algum alívio.

Nesta terça-feira (22), o Imob (Índice Imobiliário) da Bolsa brasileira, que acompanha as cotações das principais ações do setor, avançou 3,4%, enquanto o índice amplo Ibovespa teve ganhos mais moderados, de 0,96%.

No acumulado de 12 meses, no entanto, o benchmark do

setor imobiliário da Bolsa tem perdas de 22,6%. Já o Ibovespa fica perto do zero no mesmo intervalo, com alta de 0,90%.

Após mais de três anos de paralisação, o governo Bolsonaro prepara a primeira contratação de novas unidades habitacionais subsidiadas com recursos do Orçamento, destinadas a famílias com renda de até R\$ 2.000 mensais.

Os novos contratos serão firmados no ano em que Bolsonaro buscará a reeleição ao Palácio do Planalto. O programa tem sido uma de suas vitrines políticas e foi usado para ampliar a inserção do presidente na região Nordeste, a

única onde ele não foi vencedor na disputa de 2018.

Os planos para o setor, contudo, são olhados com certa desconfiança por especialistas.

“Já estamos quase em abril, é preciso acompanharmos os próximos passos para entender até que ponto o governo consegue fazer as entregas prometidas, ou se é só um anúncio político”, diz Alberto Ajzentel, coordenador do curso de Desenvolvimento de Negócios Imobiliários da FGV.

Os subsídios do governo, diz, vêm em um ambiente macroeconômico desfavorável para a aquisição de imóveis, em especial pelas parcelas de

menor renda da população.

Cálculos do especialista apontam que, a cada 1 ponto percentual de aumento no custo efetivo total (CET) envolvido na contratação de um financiamento, cerca de 1 milhão de famílias perdem a capacidade financeira de adquirir um imóvel.

Segundo Raul Grego, sócio e analista responsável por mercado imobiliário da Eleven Financeira, a pressão inflacionária global e o aumento dos custos, principais fatores a pressionar os papéis de incorporadoras mais focadas no programa, como Tenda, Plano & Plano, Direcional e MRV, devem

seguir ainda bastante presentes por mais algum tempo.

“Acho que essa pressão de custos, que aumentou com a guerra na Ucrânia, vai seguir punindo as margens das incorporadoras”, afirma Grego.

O INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção—M), medido pela FGV, acumula uma alta de 13,04% em 12 meses, até fevereiro.

O programa tem um teto para o valor de comercialização das unidades —hoje em R\$ 264 mil em São Paulo, após aumento de 10% em 2021. Assim, se o custo para construir os apartamentos subir, é preciso reduzir as margens de lucro.



Dólar cai mais 0,6% e fecha a R\$ 4,91

Cotação é a menor desde 24 de junho de 2021. O Ibovespa subiu 0,96% nesta terça (22), para 117.272 pontos, maior nível desde setembro de 2021. Ações desvalorizadas na Bolsa, a possibilidade de ganhos no setor de commodities devido a ameaças de escassez do petróleo, além de juros domésticos altos, criam uma combinação que favorece a entrada de dólares no país. O resultado é a queda da taxa de câmbio.